

## **Análise das Interações da Audiência Pública da CCJ sobre Impactos jurídicos e sociais do maior rigor na internação de adolescentes (PL 1473/2025) – 07/10/2025 – Gerado por IA**

Este relatório apresenta uma análise das 64 participações dos cidadãos na audiência pública promovida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 07/10/2025, sobre os "Impactos jurídicos e sociais do maior rigor na internação de adolescentes (PL 1473/2025)". O objetivo é fornecer uma visão geral das principais preocupações, opiniões e sugestões expressas pelo público, visando auxiliar os Senadores na avaliação do projeto de lei que propõe o endurecimento das medidas socioeducativas.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não reflitam integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

**Total de participações: 64**

**Temas principais:**

- 1. Críticas ao Endurecimento da Lei e Foco em Alternativas (45%):** A maioria das manifestações foi contrária ao aumento do rigor na internação de adolescentes. Os cidadãos expressaram preocupação com o fato de o projeto representar um retrocesso nos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, violando a Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Argumentou-se que o endurecimento das penas não é a solução para a criminalidade juvenil e pode agravar o problema, reforçando a ineficácia do

sistema carcerário. Muitos participantes defenderam investimentos em políticas públicas de prevenção, educação, profissionalização e programas de ressocialização como alternativas mais eficazes.

***Exemplo:** "O PL afronta a CF/88, o ECA e o SINASE, viola o princípio da brevidade e proteção integral, configurando retrocesso em direitos fundamentais." (Danielle - BA)*

2. **Apoio ao Aumento do Rigor Punitivo (28%):** Em segundo lugar, com 28% das interações, estão os cidadãos que apoiam o projeto de lei. As justificativas para essa posição giram em torno da necessidade de maior responsabilização dos adolescentes que cometem atos infracionais graves. Esses participantes acreditam que o aumento do tempo de internação pode funcionar como um elemento dissuasor, desestimulando a criminalidade e a reincidência. Além disso, expressaram a percepção de que a legislação atual é branda e gera uma sensação de impunidade, defendendo que medidas mais robustas fortalecem a credibilidade do Estado e oferecem uma resposta à sociedade e às vítimas.

***Exemplo:** "A majoração do prazo de internação pode funcionar como elemento dissuasor frente ao risco de escalada para condutas mais graves ou violentas." (Fernando A. - MG)*

3. **Questionamentos sobre a Implementação e os Impactos do PL (16%):** Uma parcela significativa dos participantes levantou dúvidas sobre as consequências práticas e os impactos sociais e jurídicos do projeto. As perguntas abordaram temas como a conciliação entre punição e ressocialização, o risco de violação de direitos humanos, os custos sociais e econômicos da mudança e de onde virão os recursos para financiar as alterações propostas. Houve também questionamentos sobre como o projeto dialogará com outras políticas públicas essenciais, como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e programas de saúde mental.

*Exemplo: "Como o PL 1473/2025 concilia punição e ressocialização?" (Luiz - PR)*

4. **Foco em Políticas de Prevenção e Causas Sociais (11%):** Por fim, 11% das manifestações, embora relacionadas ao tema principal, concentraram-se na importância de abordar as causas da criminalidade juvenil. Os cidadãos destacaram a necessidade de investimentos em educação, profissionalização e apoio familiar como as principais ferramentas para evitar que os jovens entrem no mundo do crime. Apontaram também para a importância de garantir que crianças e adolescentes tenham acesso à escola, saúde e assistência social de qualidade, além de estímulos positivos por meio do trabalho e do estudo.

*Exemplo: "Qual é a proposta das mentes que elaboraram este PL sobre garantir que crianças e adolescentes tenham escola, saúde e assistência social de qualidade?" (Luciana - RS)*

Em conclusão, a audiência pública sobre o PL 1473/2025 revelou uma clara polarização de opiniões na sociedade. O debate centralizou-se na dicotomia entre o apoio ao endurecimento das penas como resposta à criminalidade e a crítica a essa abordagem, com a defesa de políticas de prevenção e ressocialização. As preocupações com os direitos dos adolescentes e os questionamentos sobre a eficácia e a implementação da lei foram temas recorrentes, enquanto alternativas focadas nas causas sociais da delinquência juvenil foram apresentadas como um contraponto à lógica puramente punitiva.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=35954>.